

Coordenadora de ONG defende livro polêmico "contra o preconceito"

Português

Enviado por: aquiasvalasco@seed.pr.gov.br

Postado em: 18/05/2011

Coordenadora Geral da Ação Educativa, responsável pedagógica pela coleção Por uma vida melhor, defendeu a obra em nota intitulada "Educar para o pensamento crítico, contra o preconceito".

iG São Paulo Coordenadora de ONG defende livro polêmico "contra o preconceito" Doutora em Educação, Vera Masagão Ribeiro, da Ação Educativa, diz que debate é interessante Coordenadora Geral da Ação Educativa, responsável pedagógica pela coleção Por uma vida melhor, defendeu a obra em nota intitulada "Educar para o pensamento crítico, contra o preconceito". Veja texto: A obra é destinada à Educação de Jovens e Adultos, modalidade que, pela primeira vez neste ano, teve a oportunidade de receber livros do Programa Nacional do Livro Didático. Por meio dele, o Ministério da Educação promove a avaliação de dezenas de obras apresentadas por editoras, submete-as à avaliação de especialistas e depois oferece as aprovadas para que secretarias de educação e professores façam suas escolhas. O trecho que gerou tantas polêmicas faz parte do capítulo "Escrever é diferente de falar". No tópico denominado "concordância entre palavras", os autores discutem a existência de variedades do português falado que admitem que substantivo e adjetivo não sejam flexionados para concordar com um artigo no plural. Na mesma página, os autores completam a explanação: "na norma culta, o verbo concorda, ao mesmo tempo, em número (singular – plural) e em pessoa (1ª – 2ª – 3ª) com o ser envolvido na ação que ele indica". Afirmam também: "a norma culta existe tanto na linguagem escrita como na oral, ou seja, quando escrevemos um bilhete a um amigo, podemos ser informais, porém, quando escrevemos um requerimento, por exemplo, devemos ser formais, utilizando a norma culta". Pode-se constatar, portanto, que os autores não estão se furtando a ensinar a norma culta, apenas indicam que existem outras variedades diferentes dessa. A abordagem é adequada, pois diversos especialistas em ensino de língua afirmam que tomar consciência da variante linguística que se usa pode ajudar na apropriação da norma culta. Uma escola democrática deve ensinar as regras gramaticais a todos os alunos sem menosprezar a cultura em que estão inseridos. Defendemos a abordagem da obra por considerar que cabe à escola ensinar regras, mas sua função mais nobre é disseminar conhecimentos científicos e senso crítico, para que as pessoas possam saber por que e quando usá-las. O debate público é fundamental para promover a qualidade e equidade na educação. É preciso, entretanto, tomar cuidado com a divulgação de matérias com intuítos políticos pouco educativos e afirmações desrespeitosas em relação aos educadores. A Ação Educativa está disposta a promover um debate qualificado que possa efetivamente resultar em democratização da educação e da cultura. Vale lembrar que polêmicas como essa ocupam a imprensa desde que o Modernismo brasileiro em 1922 incorporou a linguagem popular à literatura. Felizmente, desde então, o país mudou bastante. Muitas pessoas tem consciência de que não se deve discriminar ninguém pela forma como fala, ou pelo lugar de onde veio. Tais mudanças são possíveis, sem dúvida, porque cada vez mais brasileiros podem ir à escola tanto para aprender regras como para desenvolver o senso crítico. Esta notícia foi publicada em 18/05/2011 no IG Último Segundo. Todas as informações nela contida são de responsabilidade do autor.